

Ajustando o orçamento das nações às necessidade de segurança cidadã

Fatos a considerar em matéria de política de segurança cidadã e alocação de recursos na região

Lorena Vinueza¹

Resumo

Os orçamentos alocados mostram, claramente, de que maneira se administra a política de segurança cidadã. Na região, pode-se observar que sempre se investe mais no controle e na repressão da violência e do crime do que em reabilitação que deveria prevenir os fatores estruturais que provocam essa violência.

Nos estudos de casos feitos no Peru, no Chile e no Equador vemos que, dentro dos recursos alocados para garantir a segurança, somente os orçamentos para a Polícia, a Justiça e a Reabilitação são um pouco mais considerados. No entanto, nenhum deles contempla os investimentos que poderiam modificar fatores estruturais primários (população em geral), ou até mesmo secundários (grupos sociais em situação de risco que podem cometer delitos), e isso se dá devido à desproporção das dependências do Estado que impedem que a comunicação entre esses setores seja fluída.

Um fator comum entre os países da ALC é o alto nível de desigualdade na distribuição da renda, uma vez que boa parte da população vive no estado de pobreza crônica. Nesse contexto, é necessário tornar visível essa desigualdade. É preciso mostrar que ela é um ato de violência que o sistema econômico exerce sobre a maioria da população e que, como consequência dessa violência, ocorrem mortes, doenças, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento, privações etc. É preciso tratar a violência e o crime como manifestações de um contexto histórico, no qual interação políticas culturais, sociais e econômicas desiguais.

Dos anos oitenta até hoje, com exceção de Cuba, a insegurança e a violência cresceram na região da ALC e coincidiram com os primeiros ajustes estruturais das políticas econômicas neoliberais que desmantelaram o Estado e o impediram de exercer sua legítima capacidade de intervenção. Essa proposta de política econômica, como podemos constatar, não deu resultado, porque a desigualdade e a insegurança na região aumentaram em lugar de diminuir. A população mais afetada pela violência é a que está excluída. No caso do Equador, por exemplo, um estudo feito em 2008 sobre homicídio demonstrou que 75,8% das vítimas desse delito tinham baixo grau de instrução, sendo que sua incidência, nos níveis de instrução superior, é muito menor.

As políticas de segurança cidadã devem considerar a violência como um fenômeno complexo e de origem múltipla, ou seja, que esta pode surgir de fatores psicológicos, biológicos, econômicos, sociais, culturais ou do tratamento multidimensional.

A tendência existente de securitizar a política e de politizar a segurança, somada à tolerância da população para com políticas opressoras que não respeitam os direitos nem as liberdades, além da carência de políticas integrais que levem em consideração a segurança, são os problemas mais graves que se associam aos altos índices de criminalidade violenta vistos na região.

A fim de resolver os problemas estruturais, as políticas devem agir não só a médio, mas também a longo prazo. Partindo do modelo de desenvolvimento que diminui os índices de desigualdade, uma das bases da insegurança, é possível intervir na transformação de padrões sócio-culturais violentos, na educação, na saúde, no trabalho e no apoio à população de risco para fortalecer esse capital social.

Na prática, essas intervenções são difíceis de implementar, mas nem por isso impossíveis de ser executadas. O crescimento do crime organizado internacional e a desigualdade de gênero em matéria de políticas sociais e econômicas são outros aspectos que devemos levar em consideração. Afinal de contas, enquanto a população estiver vivendo na exclusão, não poderá haver melhoria. Nos últimos vinte anos, a violência e o delito continuaram a crescer de forma sustentável.

¹Doutora em Psicologia Clínica, especialista em Terapia Familiar Sistêmica. Mediadora. Diploma Internacional no desenho de políticas públicas para enfrentar o crime na democracia. Mestrado em governabilidade e gerência política. Especialista em questões de violência, segurança cidadã e segurança viária, com ênfase no gerenciamento e no planejamento de políticas públicas, na construção de indicadores, na visão de gênero e na economia alternativa. Tem experiência em elaboração e avaliação de projetos sociais, orçamentos participativos, prevenção da violência intra-familiar, de gênero e maus-tratos infantil, de estimulação do talento humano e de programação neurolinguística.

Diretora Metropolitana de Segurança Cidadã do Município de Quito. Membro de Diretório da Associação IRSA da Holanda, em representação da Região da América Latina. Presidenta Executiva da Fundação de Segurança Viária e Cidadã IRSA ECUADOR, filial autônoma. Consultora para a confecção de diagnósticos, elaboração de planos de segurança nacional e local, enquete de vitimização e observatórios de crimes. Assessora dos Ministérios: Interior e Coordenação de Segurança.

1. Orçamentos nacionais para administrar a segurança cidadã na região da América Latina e do Caribe (ALC) que não refletem totalmente a problemática e não consideram, de maneira equitativa, o sistema institucional encarregado de regulamentá-la.

“Os orçamentos são estabelecidos de acordo com as relações de poder que regem as políticas públicas. Isso significa que sua aprovação é o resultado da correlação de forças existente entre os diferentes atores e as medidas que respondem às demandas da população. Mas isso tem a ver, também, com o destino institucional desses recursos, das prioridades sociais (programa político) e do marco institucional existente.”²

Na região, em matéria de alocação de recursos para a segurança cidadã, podemos observar, claramente, que os investimentos vão, em primeiro lugar, para o controle e a repressão dos fatores que desencadeiam os crimes, e, em segundo lugar, para a Justiça, sendo que, por último, destinam-se à reabilitação e à prevenção desses fatores estruturais que provocam a violência. A informação de diferentes anos que nos chega do Equador evidencia essa situação.

Ano	Orçamentos alocados por ano (Equador)	Montante em dólares
2011	Polícia Nacional ³	981.596.062
2010	Polícia Nacional	885.627.145
2010	Sistema de Justiça	301.521.220
2006	Sistema de Justiça ⁴	132.375.800
2010	Reabilitação Social ⁵	44.555.467
2005	Reabilitação Social ⁶	2.848.044
2010	Modernização da Polícia Nacional e Segurança Cidadã ⁷	103.102.339
2010 e 2011	Prevenção da violência de gênero e tratamento de jovens em situação de risco ⁸	5.621.628

A análise geral do *Programa de Segurança Cidadã* do Ministério do Interior, que *administra os resultados do desenvolvimento* (2010) e distribui os recursos alocados pelo Governo para o tratamento da segurança, mostra que 2,83%⁹ do total destina-se à prevenção e ao tratamento da violência de gênero, sendo que 0,05% destina-se ao tratamento de jovens em situação de risco.

O problema do planejamento inter-setorial para a segurança cidadã

Nos estudos de casos feitos no Peru, no Chile e no Equador vemos que, dentro dos recursos alocados para a garantir a segurança, somente os orçamentos para a Polícia, a Justiça e a Reabilitação são um pouco mais considerados. No entanto, nenhum deles contempla os investimentos que poderiam modificar fatores estruturais primários (população em geral), ou até mesmo secundários (grupos sociais em situação de risco que podem cometer delitos), e isso se dá devido às grandes dimensões das dependências do Estado que impedem que a comunicação entre esses setores seja fluída.

2. Modelo econômico concentrador de riqueza, gerador de violência e insegurança cidadã na região da ALC

A violência, além de destruir vidas, representa um custo econômico importante para a sociedade. Segundo os resultados do sétimo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), alguns países gastam mais de 4% do seu PIB para reparar os danos provocados pela violência.

A enorme desigualdade na distribuição da renda é um fator comum nos países da ALC, pois boa parte da população vive na pobreza crônica. Estima-se que a desigualdade mundial é de 0,63% e a renda de 20% das pessoas mais ricas do mundo é 28,7% vezes mais alta do que a dos 20% mais pobres.”¹⁰

Nesse contexto, é necessário mostrar a desigualdade como um ato de violência do sistema econômico para com a maioria da população e que essas são suas conseqüências: morte, doenças, danos

² CARRIÓN, F. e DAMMERT M., Compiladores. “Economia Política de Segurança Cidadã” – FLACSO - Quito, 2009.

³ www.policiaecuador.gob.ec.

⁴ Estatísticas Judiciais na América Latina: http://estadistica.tsjdf.gob.mx/portal/docs/Anuario2011/capitulo_6.pdf.

⁵ Orçamento Geral do Estado (2010): <http://bi.finanzas.gob.ec/ibmcognos/cgi-bin/cognos.cgi>.

⁶ http://lib.ohchr.org/HRBodies/UPR/Documents/Session1/EC/CEDHU_ECU_UPR_S1_2008anx_SISTEMA%20PENITENCIARIO%20ECUATORIANO.pdf.

⁷ Não inclui o orçamento alocado para a Polícia Nacional.

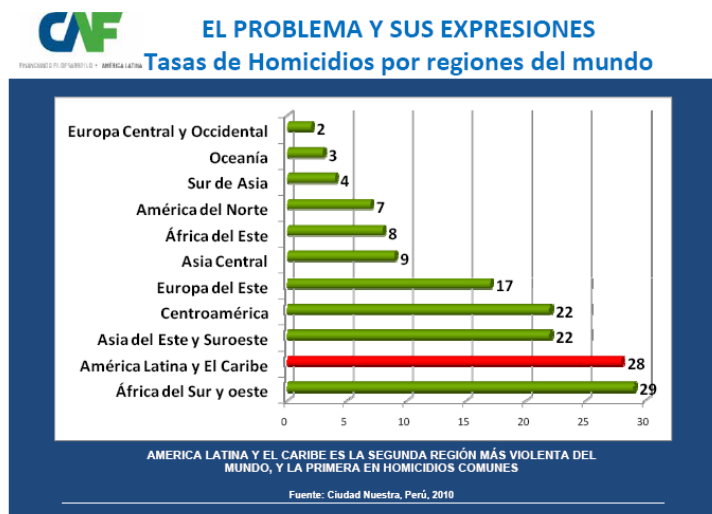
⁸ Esse valor está dentro do *Programa de Segurança Cidadã para Gerenciamento dos resultados do desenvolvimento* do Ministério do Interior (2010 /11). Os orçamentos alocados para o gerenciamento da Direção Nacional de Gênero das Delegacias da Mulher e da Família não foram incluídos aqui.

⁹ 2,83% correspondem a 5.512.628 dólares americanos.

¹⁰ <http://www.uv.es/asepuma/XIV/comunica/51.pdf>

psicológicos, transtornos do desenvolvimento e privações... Devemos tratar a violência e o crime como manifestações de um contexto histórico (interação política, cultural, social e econômica não eqüitativas).

Dos anos oitenta até hoje, com exceção de Cuba, a insegurança e a violência cresceram na região da ALC e coincidiram com os primeiros ajustes estruturais das políticas econômicas neoliberais que desmantelaram o Estado e o impediram de exercer sua legítima capacidade de intervenção. Essa proposta de política econômica, como podemos constatar, não deu resultado, porque a desigualdade e a insegurança na região aumentaram em lugar de diminuir.



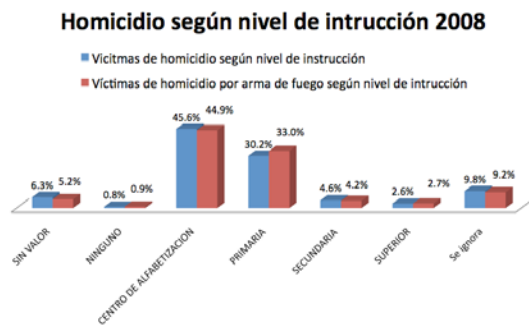
Criminalidade e violência se associam ao aumento da desigualdade, da limitação progressiva das oportunidades sociais e do falta de controle das instituições do Estado. Há corrupção, despreparo policial e impunidade associada a esse despreparo; a legislação vigente é limitada, inexistente ou inadequada e faltam políticas públicas de prevenção; o sistema carcerário é deficiente e não oferece aos presos a possibilidade de se reabilitar/se inserir. Todos esses fatores representam um alto custo econômico, social e político. A violência e a erosão do capital social abalam a confiança e reduzem a cooperação entre os indivíduos e os grupos da sociedade. Além disso, vemos que a violência que se transmite de uma geração para a outra, reduz a qualidade de vida e desresponsabiliza o sistema democrático (San Juan, Ana Maria. 2010).

O PROBLEMA E SUAS MANIFESTAÇÕES

Taxa Mundial de Homicídios por região

Europa Central e Ocidental - Oceania - Sul da Ásia - Este da África - Ásia Central - Este e Sudoeste da Ásia - América Latina e Caribe - Oeste e Sul da África

América latina e caribe em segundo lugar na lista das regiões mais violentas do mundo e em primeiro lugar na de homicídios comuns / Fonte: Ciudad Nuestra, Peru 2010

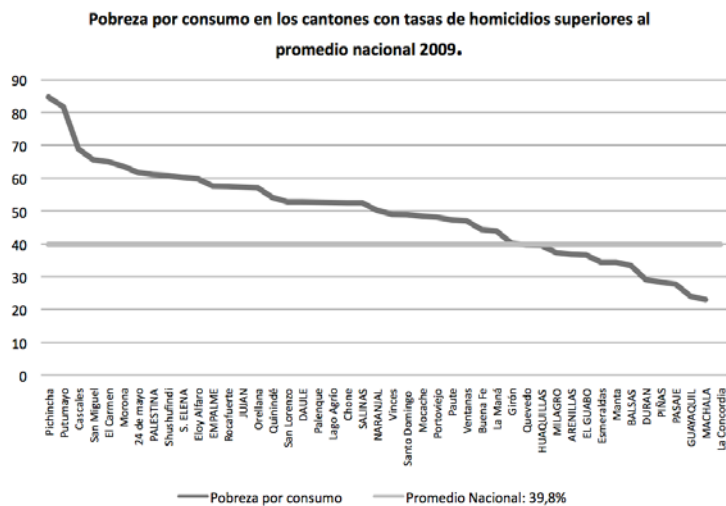


Como podemos ver no gráfico, a população excluída é a mais afetada pela violência. No caso do Equador, um estudo sobre o homicídio, feito em 2008, mostra que 75,8% das vítimas de homicídio eram alfabetizadas ou tinham educação primária como grau de instrução. Já a incidência, nos níveis de instrução superior, é muito baixa.¹¹

Homicídio segundo o nível de instrução em 2008

Vítimas de Homicídios segundo o nível de instrução - Vítimas de Homicídios por arma de fogo segundo o nível de instrução Sem valor / Nenhum / Centro de Alfabetização / Educação Fundamental / Educação Média / Educação Superior / Desconhecido

¹¹ Estrella, Carla. Estudo sobre o Homicídio no Equador feito para o Ministério do Interior, 2010.



Outro indicador desse estudo sobre a relação entre exclusão e violência homicida é a correlação existente entre as taxas de homicídios nos municípios mais pobres do país. Aproximadamente 70% dos municípios, com taxa de homicídios maiores ao da média nacional, possuem níveis de pobreza por consumo superiores ao da média nacional. Finalmente, o estudo revela que 55,6% dos municípios, que têm taxas de homicídio superior aos da média nacional, estão por cima dos da média de extrema pobreza nacional.

Pobreza por consumo nos Municípios com taxas de homicídios superiores à média de 2009
 Pobreza por consumo - Média Nacional: 39,8%

3. Orçamento e segurança cidadã em alguns países da região. Casos do Chile e do Peru

CHILE

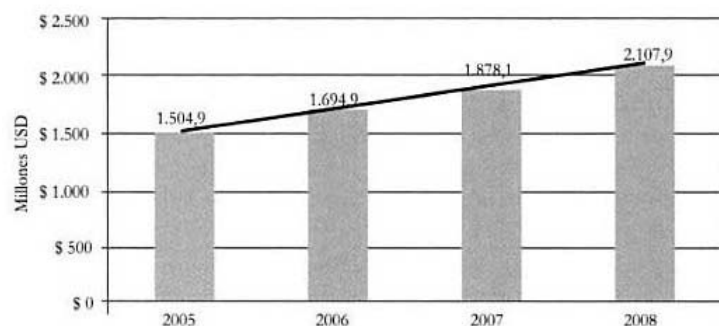
Entre 1997 e 2006, o Governo Central aumentou 161,7% vezes o investimento feito para a Ordem e a Segurança, ou seja, que passou de 727 milhões, em 1997, a 1.898 em 2007. A flutuação do PIB, que variou de 1,1% a 1,3%.¹², reduziu o número de vítimas que passou de 43,0% em 2003, a 38,3% em 2005 e chegou a 34,8% em 2007].

PERU

“O Peru atravessa um extraordinário período de crescimento econômico que começou em 2002. A economia peruana, nos últimos seis anos, cresceu a uma taxa de 5% anual. Em 2007, o crescimento do PIB foi de 8,3%, o mais alto dos últimos doze anos. [...] no entanto, pudemos constatar que o ambiente de prosperidade econômica, do qual se beneficiam apenas setores privilegiados, não conseguiu reduzir os conflitos sociais, as desigualdades e a insegurança.”¹³

Gráfico 8

Presupuesto total del gasto público en seguridad ciudadana (2008)



Orçamento total do gasto público em segurança cidadã (2008)

Millões USD

Fonte: Elaboração própria com base no DIPRES (2008)

Fuente: Elaboração propia con base en DIPRES (2008).

O estudo, além de analisar o comportamento das denúncias registradas pela Polícia Nacional sobre delitos, faltas e crimes (1999/2006), analisa também o orçamento do Ministério do Interior para prevenir e combater a delinquência, investigar denúncias de delitos, faltas e crimes no país.¹⁴ Os dados para a pesquisa provêm do Sistema de Administração Financeira do Ministério da Economia. Embora esses dados sejam confiáveis, continua havendo desorganização na distribuição das alocações e confusão nas atividades de segurança cidadã, o que não permite uma análise completa e eficiente.

O auge econômico, que começa em 2002, e as infrações menores (assaltos na via pública, roubo de veículos e sobressalentes, comércio informal e consumo de drogas, gangues, proxenetismo, violência

¹² Carrión, F. e Dammert, M. “Economía Política de Seguridad Ciudadã”, 2009. Pág.67.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Lei do Ministério do Interior em Economía política de seguridad cidadã. Pág.82.

intra-familiar ou violações sexuais) aumentaram de 147.975 para 232.504, entre os anos 1999 e 2006. A frequência desse fenômeno não varia, chegando a todos os estratos sociais (Yépez Dávalos. 2004).

Orçamento total em comparação com o orçamento interior

Ano	Orçamento total da República	Orçamento do setor interior	% do orçamento total
1999	9.451.865.893,49	710.565.333,14	7,5%
2000	9.755.244.425,50	795.468.043,27	8,2%
2001	10.203.356.472,57	837.360.487,71	8,2%
2002	10.393.710.831,71	753.485.849,43	7,2%
2003	12.828.820.260,81	823.037.081,56	6,4%
2004	12.937.063.710,26	866.356.809,38	6,7%
2005	15.011.295.513,07	972.510.585,11	6,5%
2006	15.506.789.539,94	1.013.769.211,59	6,5%
2007	19.879.672.790,97	1.223.592.172,58	6,2%

Fonte: SIAF, Ministério da Economia e Finanças do Peru (MEF)¹⁵.

“Entre 2000 e 2004, as denúncias de crimes quase triplicaram, passando de 5.900 para 15.168. Naquele momento, e pela primeira vez, tinha sido implantada uma política de segurança cidadã, chamada de Sistema Nacional de Segurança Cidadã, que aumentou a vigilância, o patrulhamento policial e reduziu as possibilidades de que se cometam crimes nas ruas entre 2005/06. [...] Na medida em que a economia foi apresentando escalas de crescimento, as denúncias por delitos graves e crimes foram diminuindo nos últimos anos. Nesse mesmo período, pelo contrário, aumentaram os delitos leves, o que questiona a eficiência na execução dessa política de segurança cidadã em todos os níveis do Estado.”¹⁶

4. Para levar em consideração nas políticas de segurança cidadã e alocação orçamentária na região

“A violência é um fenômeno complexo, multidimensional, que obedece a múltiplos fatores: psicológicos, biológicos, econômicos, sociais e culturais. Os fenômenos que acompanham o comportamento violento constantemente atravessam as fronteiras existentes entre indivíduos, família, comunidade e sociedade. A categorização da violência é útil para estudar, desenhar e implementar políticas que se destinem à prevenção e ao controle de um ou de vários tipos combinados de violência.”¹⁷

De acordo com as pesquisas realizadas, a violência gerou um custo agregado equivalente a 14,2% do PIB regional e as perdas de capital humano, provocadas pelo crime, chegaram a 2%.¹⁸ Os gastos sanitários relacionados (% do PIB) dos países do Centro e da América do Sul foram: 1,9% no Brasil, 4,3% na Colômbia, 4,3% em El Salvador, 1,3% no México, 1,5% no Peru e 0,3% na Venezuela.¹⁹

Na maioria de países, as políticas de segurança se dedicaram ao fortalecimento da capacidade dos organismos de segurança. Essas foram as tentativas feitas: reforma e modernização das polícias (geralmente inconclusas ou com resultados discutíveis e insatisfatórios); melhoria na coleta e classificação de crimes; desenvolvimento de planos ou estratégias nacionais de prevenção (muito limitadas, não inter-setoriais e com escassos orçamentos alocados); fortalecimento dos sistemas de justiça (ainda muito limitados), planos de desenvolvimento e prevenção municipais (escassos recursos alocados); atenção da violência intra-familiar (escasso orçamento destinado e resultados difíceis de avaliar por não existirem linhas de base para avaliá-las) e participação cidadã na segurança (escassos resultados, onde se desconhece o papel da cidadania na segurança).

Os objetivos alcançados variam muito, mas continuam sendo limitados, o que podemos constatar pelos índices que mostram que a violência não cessou.

Na atual conjuntura, e de acordo com todas as agências da ONU, além das dúvidas sobre os casos “bem-sucedidos”, podemos ver que o consumo de drogas aumentou em quase todos os países da região (San Juan, Ana María. 2010).

Uma premissa básica para a formulação de políticas públicas de segurança cidadã é o respeito pela dignidade, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais das pessoas. Um problema sério, que se associa aos altos índices de criminalidade violenta presentes na região, é a tendência que existe de securitizar a política e de politizar a segurança, somada à tolerância da população para com políticas

¹⁵ Elaborado por Alejandra Muñoz González (utilizando o Orçamento Institucional de Abertura) em “Economia Política da Segurança Cidadã” de Fernando Carrión e Manuel Dammert, Compiladores, 2009.

¹⁶ CARRIÓN, F. e DAMMERT, M., Compiladores “Economia Política da Segurança Cidadã”, 2009.

¹⁷ M. Buvinic, A. Morrison e M.B. Orlando. Violência, crime e desenvolvimento social na América Latina e no Caribe, 2007. Pág.319.

¹⁸ Cf. Londoño, Juan Luis; Guerrero, Rodrigo, *Violência na América Latina, Epidemiologia e Custos*, Documento de Trabalho R-375, Rede de Centros de Pesquisa, Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, 1999.

¹⁹ Cf. Organização Mundial da Saúde: <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2004/pr40/es/index.html>.

opressoras, além da falta de políticas integrais que levem em consideração a segurança. Esses são os problemas mais graves que estão associados aos altos índices de criminalidade violenta presentes na região.

Essa falta de correlação em questão de políticas de segurança se deve a fatores estruturais como, por exemplo, a falta de incorporação de políticas sociais e a difícil coordenação inter-setorial características dos governos da região. A pressão da cidadania para obter resultados imediatos e visíveis faz com que as intervenções sejam mais conjunturais, mais políticas e menos técnicas, mais orientadas para a repressão (que dá votos e é aparente) do que para a prevenção, a qual exige intervenções estruturais a médio e a longo prazo, de acordo com o modelo de desenvolvimento e redução dos níveis de desigualdade. Essas intervenções, que podem transformar os padrões sócio-culturais violentos, tanto na educação, na saúde, no trabalho e no apoio à população de risco, quanto no fortalecimento do capital social, são práticas difíceis de implementar.

Dentro da polícia, outro elemento importante para ser levado em consideração é o crescimento do crime internacional organizado, que se infiltrou na política, nos governos e nas instituições dos Estados, os quais, por sua debilidade institucional são presas fáceis dessas armadilhas. Um exemplo dessa situação são os cartéis da droga no México e na Colômbia.

A desigualdade de gênero nas políticas sociais e econômicas é outro fator que se reflete na violência; aqui, o que predomina é a violência intra-familiar contra as mulheres. Segundo o “Relatório mundial sobre violência” feito pela OPS, “uma das formas mais comuns de violência contra a mulher é a infligida pelo próprio marido ou parceiro.” O fato de que as mulheres tenham vínculos afetivos com os homens que as maltratam, além de depender deles economicamente, tem grande influência na dinâmica dos maus-tratos.

Em uma entrevista mundial feita a 48 mulheres, de 10% a 69% dessas mulheres mencionaram já terem sido agredidas pelo seu parceiro em algum momento de suas vidas. Dependendo do país, no ano anterior, a porcentagem de mulheres agredidas pelo parceiro variou de 3% a 52%.

3% ou menos das mulheres	27% das mulheres que já teve um parceiro	38% das mulheres casadas	52% das mulheres casadas
na Austrália	em León e na Nicarágua	na República da Coreia	na Palestina, na Margem Oriental e na Faixa de Gaza
no Canadá			
nos EUA			

O índice de desigualdade de gênero (IDG), resultado de um estudo feito em 138 países e que está no “Relatório sobre Desenvolvimento Humano” do PNUD (2010), demonstra que uma das causas que dificultam o desenvolvimento humano na região são as desigualdades de gênero.²⁰ Na hora de estabelecer políticas públicas de segurança cidadã, existem outros fatores que têm um papel importante e que são²¹:

- Fatores ambientais e urbanísticos.
- Fatores sociais e econômicos: baixa escolaridade, desemprego, amontoamento, necessidades básicas e de consumo insatisfeitas, porte de armas, deterioração do tecido social, condutas de consumo que criam modelos de estilos de vida inalcançáveis...
- Fatores políticos e institucionais.
- Fatores históricos.
- Fatores culturais: prevalência de uma cultura patriarcal com caráter colonial em todos os níveis.
- Fatores individuais (inerentes à pessoa, como gênero, idade, características biológicas e fisiológicas, ambiente familiar). É no seio da família, ou seja, na infância, que o caminho da delinquência tem início.²²
- Fatores doméstico-familiares (tamanho e densidade do lar, história de violência familiar, supervisão ou falta de controle das crianças, aptidões pouco eficazes para educar os filhos, abandono escolar e desemprego, além de nível sócio-econômico baixo). Álcool e drogas são identificados como instigadores ou “propiciadores” desse fenômeno.²³

²⁰ PNUD. Relatório sobre Desenvolvimento Humano 2010. O IDG indica as disparidades de gênero em saúde reprodutiva, empowerment e participação no mercado de trabalho: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_EN_Chapter5_reprint.pdf.

²¹ Classificação extraída do Trabalho de Lara Blanco, San José, PNUD, 2004.

²² LOEBER, 1998. *Caminhos para a delinquência*, em *Elementos para uma Criminologia Local*. 2003. Pág.291.

²³ Banco Mundial, *Guia didático para os Municípios: Prevenção da delinquência e da violência no plano comunitário nas cidades da América Latina*. 2003. Pág.8.

- Fatores escolares.

5. Experiências bem-sucedidas para reduzir a violência e o delito em alguns países do mundo

- O Programa “Missão Bogotá” (Bogotá - Prefeito Antanas Mokus) destina-se a formar pessoas que estão em situação de risco, como, por exemplo, as que saem dos centros de reabilitação social ou mulheres na prostituição, para que trabalhem como Cidadãos Guias na tarefa de educação cidadã no Município. Esse programa deu excelentes resultados e a incidência de infrações foi muito baixa.
- Campanhas “Corações Azuis” (Equador) e “Estrelas Negras” (Bogotá): redução dos acidentes de trânsito.
- Quito: redução dos homicídios.
- Centros de Atenção Integral para mulheres maltratadas.
- Estados Unidos: implementação de estratégias de prevenção familiar (visita a lares). Prevenção do comportamento anti-social produto da formação inadequada, da negligência e dos maus-tratos a crianças e jovens. Esse programa envia enfermeiras treinadas, ou outros funcionários, à casa das mulheres gestantes, ou com filhos de até dois anos de idade, para que os auxiliem em sua educação, além de ajudá-las a solucionar problemas como depressão, ira, impulsividade e consumo de drogas. [Nos estudos feitos com mães pobres, observou-se que houve uma redução de 79% nos casos de maus-tratos e negligência. (Olds e outros, 1997) (...) os adolescentes cujas mães receberam visitas domiciliares tinham 60% menos de probabilidades de fugir; 55% menos de ser presos e 80% menos de cometer crimes do que os filhos adolescentes das mães que não tinham recebido essas visitas (Olds e outros, 1998)].

As aulas, que se completam com visitas semanais de professores pré-escolares, constituem outra estratégia acertada para reduzir a violência em crianças pequenas (similar às visitas aos lares). Além disso, essa visão sensibiliza pais e filhos para a prevenção da violência. O trabalho feito pelo pessoal das escolas amplia-se no lar, proporcionando continuidade a esse processo. Observou-se que oferecer esse tipo de serviço, para crianças menores de cinco anos, ajuda a evitar prisões entre os quinze (Lally e outros, 1988) e os dezenove anos (Berrueta-Clement e outros, 1985). Observou-se, também, que a terapia familiar, além do treinamento dos pais para lidar com pré-adolescentes delinqüentes e em situação de risco, pode chegar a reduzir a agressão e a hiperatividade, que são dois antecedentes da delinqüência.²⁴

²⁴ Banco Mundial, *Guia didático para os Municípios: Prevenção da delinqüência e da violência no plano comunitário nas cidades da América Latina*. 2003. Pág.72.